manchete

Público

09-04-2016

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453

Temática: Política
Dimensão: 1158
Imagem: S/Cor
Página (s): 9

Subcomissão de Ética adiou votação sobre caso de Maria Luís Albuquerque

Subcomissão de Ética adiou votação sobre caso de Maria Luís Albuquerque

Todas as bancadas parlamentares aceitaram adiar a votação do parecer sobre incompatibilidades da ex-ministra para que Governo possa explicar se houve benefícios fiscais para a Arrow que estejam sob sigilo

Transparência
Sofia Rodrigues

A bancada parlamentar do PCP sustenta que a empresa gestora de dívida Arrow Global – que contratou a ex-ministra das Finanças para administradora não executiva – recebeu benefícios fiscais que estão em sigilo fiscal e, por isso, recomenda o envio do parecer da subcomissão de Ética para o Ministério Público, para se poder investigar essas vantagens. Uma tese que é contestada pelo PSD: os benefícios contratuais – os que podiam gerar conflito com a lei – são públicos. E o sigilo fiscal que o Governo alega refere-se a benefícios concedidos automaticamente por lei. A votação do parecer na subcomissão foi adiada, para permitir mais esclarecimentos por parte do Governo.

No final da reunião da subcomissão de Ética, no Parlamento, o deputado comunista Jorge Machado defendeu que "há matéria sujeita a sigilo fiscal que o Governo não enviou". "Em consciência, o Parlamento não podia decidir sobre a existência ou inexistência de incompatibilidades sem essa informação", disse, justificando assim a proposta de enviar o parecer para o Ministério Público, por ser esta a entidade que pode ter acesso a tal informação.

A proposta de parecer sobre o caso da ex-ministra Maria Luís Albuquerque, redigida pelo social-democrata Paulo Rios de Oliveira, indica que nem Arrow nem subsidiárias receberam benefícios fiscais contratuais, mas apenas vantagens decorrentes, por exemplo, do recurso a crédito fiscal extraordinário. Paulo Rios de Oliveira alega que aquilo a que se refere o Governo, quando alude a sigilo fiscal, é ao teor de benefícios que são automáticos por lei. Esses ficam de fora da lei das incompatibilidades de titulares de cargos políticos.

Opinião diferente tem o comunista Jorge Machado, que, no entanto, aceitou que se pergunte ao Governo qual o âmbito exacto da matéria sigilosa. A dúvida também ficou na cabeça no deputado socialista Pedro Delgado Alves que teve a iniciativa de propor um novo pedido de esclarecimento ao Governo. "Se for possível, sem quebra de sigilo, obter os dados relevantes, será preferível", argumentou o deputado, ressalvando que em causa "não está matéria criminal". O socialista não vai tão longe quanto o PCP na recomendação do envio do documento para o Ministério Público: "O Parlamento tem todas as condições para tomar uma posição sobre as incompatibilidades do caso."

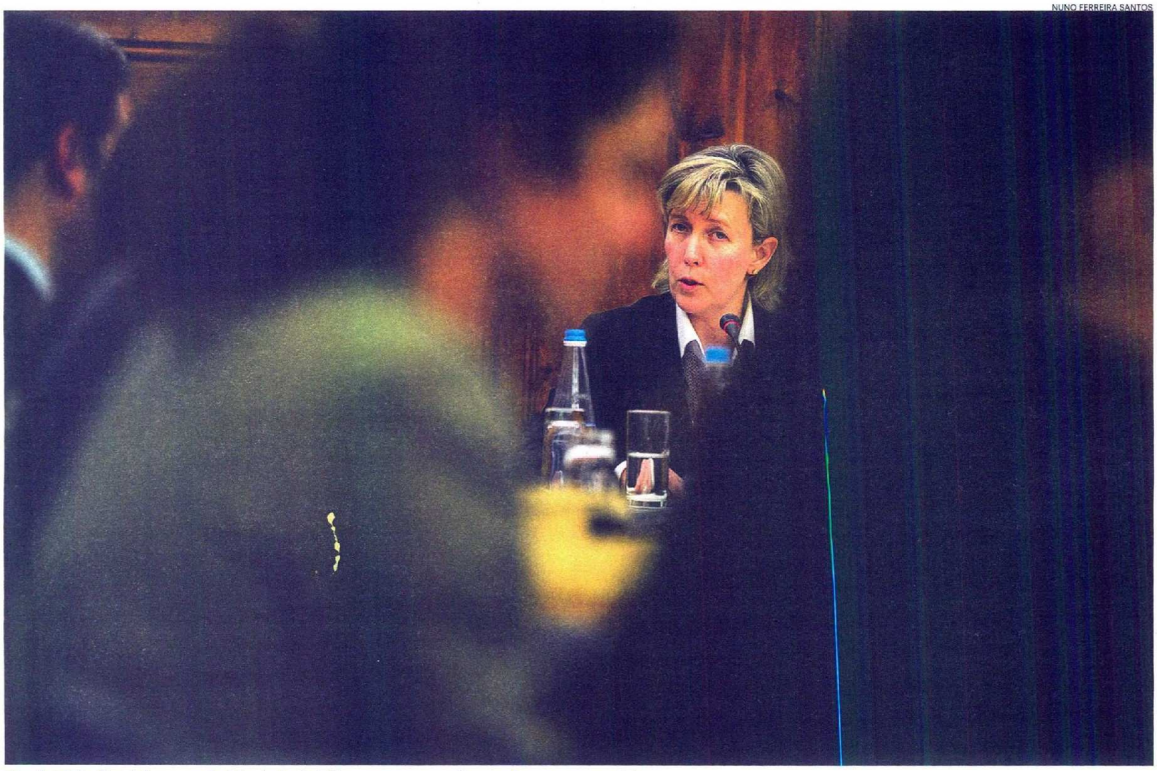
A posição do comunista Jorge Machado também diverge da assumida pelo bloquista José Manuel Pureza. O deputado disse aos jornalistas que "todos os esclarecimentos a que haja lugar devem ser obtidos em benefício da senhora deputada". Sobre a omissão do Governo, por haver questões sob sigilo fiscal, o deputado considerou tratar-se de uma matéria fácil de clarificar. E diz-se "absolutamente certo de que essa matéria será esclarecida" até quarta-feira, dia em que o relatório volta a ser sujeito a votação.

Paulo Rios de Oliveira disse que vai incluir no relatório propostas de alteração de outras bancadas, nomeadamente a referência ao facto de empresas do grupo Arrow terem comprado ao Banif créditos de 300 milhões de euros, numa altura em que o banco era detido maioritariamente pelo Estado e em que Maria Luís Albuquerque estava no Governo. O deputado do PSD acusou o PCP de "politiquice" e de "querer aplicar à ex-ministra uma lei que não existe".

António Carlos Monteiro, do CDS, também alega que a questão legal está resolvida e que "invocar pretextos" para arrastar o caso "não é sério".

Tanto o PCP como o BE colocaram ainda a questão no plano ético. Jorge Machado considera haver "promiscuidade entre o poder político e o poder económico", já José Manuel Pureza acusou Maria Luís Albuquerque, que não quer comentar os últimos desenvolvimentos, de ter um comportamento "eticamente reprovável".

NUNO FERREIRA SANTOS



O relatório final do caso de Maria Luís Albuquerque será votado na quarta-feira

Criada comissão eventual da transparência

Vai analisar as propostas de PS, BE e PCP

Os partidos com assento parlamentar uniram-se para aprovar, também ontem, a criação de uma comissão eventual para o reforço da transparência no exercício de funções públicas, e para fazer descer a esta comissão, sem votação, as cinco propostas do PS, BE e PCP sobre os regimes de controlo do património e das incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e públicos. As únicas dúvidas que persistem são a duração e o objecto exacto de trabalho da comissão. Porque disso depende a entrada em vigor de parte das normas. O BE gostaria de ter os trabalhos encerrados até ao Verão, o PS admite que o novo regime possa estar pronto até ao final do ano. Será também necessário acertar, mais à direita, o objecto da comissão, já que, além do regime da transparência, os socialistas querem que esta avalie a pertinência de se fazer "legislação complementar", como é o caso do regime de *lobbying*, ou de medidas de prevenção e combate à corrupção. **Maria Lopes**